



CONCORRÊNCIA

004/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL NOS BAIRROS: ALÍPIO LOPES, BAIRRO CENTRO, BAIRRO LAURINDA MARIA SENA E BAIRRO ROSALINA MOURA, NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ-BAHIA. TERMO DE CONVÊNIO SOB Nº 063/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ E A CONDER – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.929.783,93 (HUM MILHÃO NOVECENTOS E VINTE E NOVE MIL, SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 21/05/2026 às 09:00 HS (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	14
6. DA FASE DE JULGAMENTO	17
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
8. DOS RECURSOS	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

O **MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ- BA**, inscrito no CNPJ sob nº. 32.697.583/0001-48, torna público que, por meio da Secretaria Municipal de infraestrutura, através do Departamento de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Francisco Ribeiro da Silva nº 44, Centro, CEP: 45.452-000, Nova Ibiá-BA, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, Regime de Execução **INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº. 2448, de 06 de abril de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia. Termo de Convênio sob nº 063/2025, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único lote, conforme tabela constante no Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados na Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br).

2.1.1. O cadastro no Licitanet Licitações deverá ser feito no sítio <https://licitanet.com.br/>, por meio de certificado digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – INVERSÃO DE FASES

3.1. Nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante ato administrativo motivado constante dos autos do processo licitatório, fica estabelecida, no presente certame, a inversão das fases procedimentais, de modo que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação, classificação e julgamento das propostas. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Assim, neste processo licitatório destinado à Contratação de empresa de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia. Termo de Convênio sob nº 063/2025, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, será observada a seguinte ordem procedimental:

a) Apresentação dos documentos de habilitação e das propostas;



- b) Análise e julgamento da habilitação dos licitantes;
- c) Julgamento das propostas dos licitantes habilitados;
- d) Fase de disputa de lances, quando cabível;
- e) Fase recursal;
- f) Adjudicação e homologação.

3.3. Encerrado o prazo para apresentação da Habilitação, o Agente de Contratação procederá inicialmente à análise da documentação de habilitação dos fornecedores, na forma prevista neste Edital.

3.4. Serão analisados os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos termos definidos neste instrumento convocatório.

3.5. Em razão da inversão de fases, os licitantes poderão interpor recurso após a divulgação do resultado da fase de habilitação, na forma e prazos previstos na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6. Habilitados os fornecedores, o Agente de Contratação procederá à verificação das propostas apresentadas exclusivamente pelos licitantes declarados habilitados.

3.7. Após a classificação das propostas válidas, será aberta a fase de disputa de lances, quando prevista no critério de julgamento adotado.

3.8. Encerrada a fase de julgamento das propostas será oportunizada fase recursal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A adoção da inversão de fases no presente certame encontra-se devidamente motivada e fundamentada nos seguintes aspectos de interesse público:

3.9.1. GARANTIA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PRÉVIA - Trata-se de Contratação de empresa de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia. Termo de Convênio sob nº 063/2025, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras. Obras de engenharia possuem elevada complexidade técnica, exigem responsabilidade técnica formal, comprovação de capacidade operacional, qualificação profissional específica e adequada saúde financeira da contratada. A análise prévia da habilitação assegura que apenas empresas efetivamente aptas técnica e economicamente participem da fase competitiva de preços.

3.9.2. EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA - A inversão de fases evita que a Administração Pública despenda tempo e recursos analisando propostas e promovendo disputa de lances entre empresas que, ao final, poderiam ser inabilitadas por ausência de requisitos essenciais. Com a adoção da inversão de fases, reduz-se significativamente o retrabalho administrativo, uma vez que a Administração passa a analisar as propostas apenas dos licitantes previamente habilitados e aptos à contratação. Evita-se, assim, a eventual anulação de atos posteriores decorrente da inabilitação tardia de empresas que tenham participado da fase de julgamento. Além disso, diminui-se o risco de atrasos na contratação, pois eventuais controvérsias relativas à habilitação são resolvidas em momento anterior à análise das propostas. Como consequência, confere-se maior racionalidade, organização e eficiência ao procedimento licitatório, em consonância com os princípios que regem a Lei nº 14.133/2021.

3.9.3. PROTEÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO - A contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação em paralelepípedos, com implantação de sistema de drenagem superficial no bairro Alípio Lopes, no município de Nova Ibiá – Bahia, está diretamente vinculada à promoção e proteção do interesse público.

3.9.3.1. A presente intervenção tem como objetivo melhorar as condições de mobilidade urbana, acessibilidade e segurança viária, proporcionando maior conforto e qualidade de vida à população local. A pavimentação associada à drenagem superficial contribuirá para a adequada condução das águas pluviais, prevenindo alagamentos, processos erosivos e danos à infraestrutura urbana.

3.9.3.2. A execução dos serviços permitirá a redução de problemas recorrentes, como poeira em períodos secos e formação de lama durante períodos chuvosos, fatores que impactam negativamente a saúde pública e o bem-estar dos moradores.



3.9.3.3. Ressalta-se que a contratação decorre do Termo de Convênio nº 063/2025, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), evidenciando o compromisso da Administração Municipal com a correta aplicação dos recursos públicos e com a execução de obras estruturantes.

3.9.3.4. Além disso, deverão ser observados rigorosamente os princípios que regem a Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência — bem como as normas técnicas pertinentes, assegurando a qualidade dos serviços, a durabilidade da obra e a economicidade dos recursos empregados.

3.9.3.5. Dessa forma, a presente contratação atende de forma plena ao interesse público, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável, a valorização da área beneficiada e a melhoria das condições de vida da população do bairro Alípio Lopes, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

3.10.5. CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA LEI 14.133/2021 - Ao priorizar a análise da habilitação dos licitantes, a Administração atua de forma planejada e eficiente, direcionando seus esforços apenas às propostas apresentadas por empresas efetivamente aptas à execução do objeto. Tal sistemática promove maior segurança jurídica ao procedimento, reduz riscos de nulidades e reforça a objetividade das decisões administrativas. Além disso, contribui para a economicidade, ao evitar dispêndio de tempo e recursos com propostas de licitantes que não reúnam as condições necessárias para contratar com o Poder Público, sempre orientada pela supremacia do interesse público. Ressalte-se que a medida encontra expressa autorização legal no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, estando devidamente prevista neste Edital e motivada nos autos do processo administrativo, em estrita observância à legalidade e à transparência que devem nortear os atos da Administração Pública.

3.10. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

3.11. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.11.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.11.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.11.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.11.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.12.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.12 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



3.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.18.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.18.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.18 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.22. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

3.22.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO

- a) De registro público no caso de empresário individual.
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- e) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- f) Cédula de Identidade de pelo menos um dos sócios

Obs: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.22.2. REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda **Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- g) **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (conforme modelo do Anexo IX);

Obs: Também servirão como prova de regularidade, as Certidões Positiva com Efeito de Negativa

3.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, COMPROVADA ATRAVÉS DE:

3.23.1. Apresentar registro ou inscrição da empresa licitante perante Conselho Regional de Engenharia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU em plena validade.

3.23.2. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar, em seu nome, atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA competente, nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, comprovando a execução dos serviços indicados no Quadro 01 deste Edital.

3.23.3. Para comprovação da capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar em nome de profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto ou profissional da área Engenheiro Civil ou Arquiteto, a comprovação de aptidão deste para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de 01 ou mais ATESTADO(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico.

3.23.4. Observação: O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento.

3.23.5. Os atestados deverão comprovar a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

3.23.5.1. Para atendimento à qualificação TÉCNICO-PROFISSIONAL, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, os profissionais de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL ou ARQUITETO, reconhecidos pelo CREA e CAU, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, devidamente registrados no CREA e CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, Expedidas por esse Conselho, que comprovem ter o profissional, Executado, SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA SIMILAR, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante.

3.23.5.2. A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, com atestado de capacidade técnica em nome da empresa e que comprove ter executado as parcelas da obra, de acordo com o Quadro 01, vinculado à anotação em acervo técnico, emitido por pessoa jurídica de direito privado.

Quadro 01 – Relação de serviços a serem comprovados pela licitante.

Item	Serviços a serem comprovados	UND	Quantitativos mínimos a serem comprovados - PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
------	------------------------------	-----	--	-----------------



1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	457,82	228,91
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	431,74	215,87
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	64048,5	32024,25

3.23.5.3. O(s) Responsável (eis) técnico(s) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, de acordo com o Quadro 02, conforme anotação em acervo técnico, emitido por pessoas jurídica e registrado o conselho de Classe Competente. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa.

Quadro 02 – Relação de projetos/serviços a serem comprovados por profissionais do quadro técnico da empresa.

Item	Serviços a serem comprovados	UND	Quantitativos mínimos a serem comprovados - PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	457,82	228,91
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	431,74	215,87
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	64048,5	32024,25

3.24. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

3.25. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.26. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.27. Comprovação de disponibilidade de fornecimento de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), insumo essencial à execução do objeto, mediante:

3.27.1. Termo de Compromisso de fornecimento de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado à Quente, por usina de asfalto legalmente licenciada, na falta de usina própria, e indicação média do transporte do CBUQ para execução dos serviços referenciados, não podendo ultrapassar 150 km do local da obra;



3.27.2. Deverá ser apresentado juntamente com o Termo de Compromisso de fornecimento do CBUQ documentos que comprovem a regularidade ambiental – Licença de Operação – da usina de asfalto a ser utilizada no serviço pertinente emitido pelo órgão competente, conforme resolução do CONAMA Nº 006, de 24 de janeiro de 1986 e de Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, inclusive no caso de usina própria.

3.27.2.1. Conforme destacado pelo TCU no Acórdão Nº 6047/2015 – 2ª Câmara, a exigência fixada no edital decorre de imposição legal, notadamente quando a necessidade de licenciamento ambiental para esses tipos de empreendimentos que tem grande potencial poluidor. Para além, a exigência não é de que o licitante tenha usina asfáltica própria, mas sim que a usina, sendo própria ou não, tenha licenciamento.

3.27.2.2. No que tange ao raio de 150 km, temos que a limitação da distância objetivava a preservação das características ideais para a utilização do CBUQ, além do que, no presente caso, o raio de 150 km dos locais da obra alcança todo o Município licitante e considerável região circunvizinha.

3.27.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

3.27.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

3.27.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual — DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

3.27.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço

3.27.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

3.27.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

3.27.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

3.28. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

3.29. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Estes documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

c) Caso o licitante seja cooperativa, o balanço deverá ser acompanhado da última auditoria contábil financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

d) Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção dos índices descritos abaixo: OS ÍNDICES deverão ser extraídos do Balanço Patrimonial vigente e apresentados em papel timbrado da empresa (COM DATA DE EMISSÃO POSTERIOR A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL), devidamente assinado pelo responsável da



empresa e pelo profissional de contabilidade, deverá também ser apresentado a Certidão de Regularidade do Profissional fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade em plena vigência.

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior a **1,0**

$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Logo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior a **1,0**

$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Ativo Circulante

Passivo Circulante

Grau de Endividamento (GEG) igual ou menor a **0,8**

$GEG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$

Ativo Total

e) Será exigido Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor global da contratação e a sua comprovação deverá ser feita através do Contrato Social, Balanço Patrimonial ou Certidão/Extrato emitida (o) pela JUCEB.

3.30. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes;
- b) Declaração UNIFICADA (conforme modelo – Anexo XI);
- c) Declaração de enquadramento na Lei no 123/2006, quando for o caso, (conforme modelo do Anexo VII);
- d) Declaração de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Se for o caso), (conforme modelo do Anexo VIII);
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo do Anexo X);
- f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas (conforme modelo do Anexo V);
- g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme modelo do Anexo VI);

Subcontratação

3.31. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

3.32. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

VISTORIA

3.33. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

3.34. A ausência de vistoria técnica não exime o licitante do pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Ao apresentar proposta, presume-se que o licitante analisou integralmente todos os documentos técnicos



disponibilizados e assume os riscos decorrentes de sua interpretação, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento, erro de avaliação ou imprevisibilidade de condições que estejam descritas ou sejam razoavelmente inferíveis a partir dos elementos constantes do processo. Nessas condições, não serão admitidos pedidos de rescisão contratual, revisão de preços, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer outra pretensão indenizatória fundamentada exclusivamente na alegação de ausência de vistoria técnica ou de desconhecimento de informações que estavam disponíveis ou eram previsíveis a partir da documentação do certame.

4. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA MÍNIMA (50%)

4.1. A Administração Pública, no exercício de suas atribuições, e com fundamento nos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, estabelece a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional dos licitantes.

4.2. A fixação do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) para fins de comprovação da capacidade técnica, por meio de atestados, mostra-se adequada e proporcional ao objeto a ser contratado, considerando sua complexidade, relevância e vulto.

4.3. Tal exigência visa assegurar que a empresa contratada detenha experiência prévia compatível com as parcelas mais significativas do objeto, reduzindo riscos de inexecução contratual, atrasos ou falhas que possam comprometer o interesse público.

4.4. Destaca-se que o percentual adotado encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, que admite a exigência de quantitativos mínimos razoáveis, desde que devidamente justificados e não restritivos à competitividade.

4.5. Assim, a exigência de comprovação de execução anterior correspondente a, no mínimo, 50% do objeto licitado não configura restrição indevida, mas medida prudente e necessária para garantir a adequada execução contratual, em observância ao interesse público.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e valor total do item na planilha com o BDI incluso;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação da planilha orçamentária do projeto;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e pela própria administração.

5.12. A PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta datilografada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas e assinada pelo proponente e deverá atender os seguintes critérios sob pena de desclassificação:

5.12.1. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, suspenso em caso de recursos administrativos ou judiciais.

5.12.2. Prazo de execução das obras: até 05 (cinco) meses, contados da data definida na emissão da Ordem de serviço, eventual prorrogação observa o art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

5.12.3. Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses, a vigência se estende até o adimplemento total do objeto.

5.12.4. Condições de Pagamento: O pagamento ocorrerá conforme medição a serem realizadas previstas no cronograma físico/financeiro aprovada pelo fiscal da obra, mediante emissão de nota fiscal, respeitado o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação.

5.12.5. Em se tratando de recursos provenientes de convênio, o pagamento estará vinculado a liberação dos recursos financeiros, não sendo considerado atraso.

5.12.6. Nome e número da Instituição Financeira, Agência e n.º da Conta Corrente para efetivação dos pagamentos.

5.13. A PROPOSTA COMERCIAL, deverá ainda conter o Comprovante de Garantia oferecido em qualquer das modalidades previstas no artigo 96, que será restituída após decorridos 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato pela licitante vencedora nos termos do § 1º do artigo 58, todos da Lei Federal n 14.133/21, no valor correspondente a 1% do valor global estimado no orçamento base da licitação.

5.14. A Proposta de Preços será apresentada na plataforma do sistema www.licitanet.com.br, digitado em linguagem clara, concisa e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, atendendo às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, contendo os elementos a seguir relacionados:

5.15. Carta Proposta, assinada pelo sócio-gerente, diretor da empresa ou pessoa devidamente qualificada e autorizada, identificando os serviços a que o licitante está concorrendo, o Prazo de Execução dos Serviços, o Preço Global Estimado dos serviços em moeda corrente do País, esclarecendo que os preços se referem ao mês da licitação, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias da data de entrega estabelecida no Edital;

5.16. Planilha contendo o Orçamento Detalhado, que deu origem à proposta discriminando todos os itens que constituem despesas diretas e indiretas, bem como a bonificação, totais por totais, item por item e total geral estimado, mantidos os quantitativos fornecidos que visam a homogeneidade das propostas, para efeito de classificação na fase de julgamento, que não poderão ser alterados na planilha, sob pena de inabilitação e desclassificação do licitante;

5.17. Planilha de Composição de Custos, a qual deverá estar em consonância com a Planilha Orçamentária apresentada;

5.17.1. A proponente deverá apresentar as **COMPOSIÇÕES DE CUSTOS DOS PREÇOS UNITÁRIOS DE TODOS OS ITENS DA PLANILHA ORÇAMENTARIA, INCLUSIVE AS COMPOSIÇÕES AUXILIARES**, incluindo nela todos os insumos, serviços, equipamentos, veículos, máquinas e mão-de-obra necessárias para execução do item, além do percentual do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) e dos Encargos Sociais nela utilizado. Todavia não será preciso repetir a composição de preços para os serviços que apareçam mais de uma vez no Orçamento Estimativo da Prefeitura;

5.17.2. As composições devem seguir os itens indicados nos códigos **SINAPI/ORSE** do orçamento estimativo, compatibilizando OBRIGATORIAMENTE os valores de mão de obra para os disponibilizados no SINAPI/BAHIA, sob pena de não aceitabilidade.



5.17.3. O preço total ofertado na Proposta será o resultante da respectiva Planilha orçamentária e da Planilha de Composição de Custos, a qual deverá ser totalmente preenchida, devendo conter todos os preços unitários para todos os serviços nela constantes e o Benefício e Despesas Indiretas (B.D.I.)

5.17.4. Composição de BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) utilizada na proposta orçamentária, atendendo as exigências e orientações contidas no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU e Lei nº 13.161/2015, sob pena de não aceitabilidade;

5.17.4.1. As empresas Optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a apresentar o valor da Receita Bruta Acumulada nos 12 (doze) meses (RBT12) anteriores ao período de apuração (licitação), para determinar a faixa e alíquota de impostos que estão obrigadas a recolher.

5.17.5. Detalhamento de Encargos Sociais, OBRIGATORIAMENTE atualizada, atendendo as exigências e orientações contidas no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU e percentuais estabelecidos pelo SINAPI/BAHIA, disponível no caderno de encargos contidos no endereço eletrônico <https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>, sob pena de não aceitabilidade.

5.17.6. Conforme orientação do Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar. A finalidade dessas composições é para que a proponente tenha ciência de todos os custos do contrato, sendo que assim, a mesma não possa questionar futuramente prejuízo por serviços inexecutáveis no quesito financeiro.

5.17.7. Cronograma Físico-Financeiro, em consonância com os percentuais e o prazo de execução estipulado no edital;

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Comissão de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Comissão de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Comissão de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



- 6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Comissão de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Comissão de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Comissão de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado do Estado da Bahia;



6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Comissão de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Comissão de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Comissão de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Comissão de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Comissão de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Comissão de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. “Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão de Contratação verificará se faz jus ao benefício”.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Comissão de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

7.7.2. contiver vícios insanáveis;



- 7.7.3.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 7.7.4.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.5.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.6.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7.7.** Apresentar, na composição de seus preços:
- 7.7.7.1.** taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
- 7.7.7.2.** custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
- 7.7.7.3.** quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;
- 7.7.7.4.** Incompatibilização de Preços Horários de mão de obra (mão de obra com preços divergentes).
- 7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Comissão de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Não será permitido a alteração do percentual de BDI e dos Encargos Sociais ofertados inicialmente pela proponente.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao setor de engenharia, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.9. A habilitação das empresas que apresentarem registro cadastral do Sicafe, será verificada por meio do SICAF nos documentos por ele abrangidos.



8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Comissão de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MAXIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Comissão de Contratação/Comissão.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.12. A verificação dos documentos de habilitação e no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)).

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Comissão de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



- 9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br).

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Comissão de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4.** deixar de apresentar amostra; ou
- 10.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5.** fraudar a licitação



10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, sítio eletrônico Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br) até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.4. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimentos sobre este Edital, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Comissão de Contratação/ Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo De Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III - Modelo de Proposta Financeira

ANEXO IV – Modelo de Credencial

ANEXO V - Modelo Declaração de Inexistência de Impedimento

ANEXO VI - Declaração de Visita

Anexo VII – Declaração De Pleno Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação

ANEXO VIII - Declaração Unificada

ANEXO IX - Declaração de enquadramento na Lei no 123/2006

ANEXO X – Declaração de propostas econômicas

ANEXO XI – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

ANEXO XII - Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição

Demais anexos disponíveis em:

Nova Ibiá-Bahia, 06 de Maio de 2026.

Marcelo Henrique Pereira de Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura
Decreto Municipal nº 3173/2025



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. Contratação de empresa de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia. **Termo de Convênio sob nº 063/2025**, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela anexa.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO

- a) De registro público no caso de empresário individual.
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- e) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- f) Cédula de Identidade de pelo menos um dos sócios

Obs: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2. REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



- e) Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda **Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- g) **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (conforme modelo do Anexo IX);

Obs: Também servirão como prova de regularidade, as Certidões Positiva com Efeito de Negativa

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, COMPROVADA ATRAVÉS DE:

4.3.1. Apresentar registro ou inscrição da empresa licitante perante Conselho Regional de Engenharia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU em plena validade.

4.3.2. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar, em seu nome, atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA competente, nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, comprovando a execução dos serviços indicados no Quadro 01 deste Edital.

4.3.3. Para comprovação da capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar em nome de profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto ou profissional da área Engenheiro Civil ou Arquiteto, a comprovação de aptidão deste para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de 01 ou mais ATESTADO(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico.

4.3.4. Observação: O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento.

4.3.5. Os atestados deverão comprovar a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

4.3.5.1. Para atendimento à qualificação TÉCNICO-PROFISSIONAL, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, os profissionais de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL ou ARQUITETO, reconhecidos pelo CREA e CAU, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, devidamente registrados no CREA e CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, Expedidas por esse Conselho, que comprovem ter o profissional, Executado, SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA SIMILAR, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante.

4.3.5.2. A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, com atestado de capacidade técnica em nome da empresa e que comprove ter executado as parcelas da obra, de acordo com o Quadro 01, vinculado à anotação em acervo técnico, emitido por pessoa jurídica de direito privado.

Quadro 01 – Relação de serviços a serem comprovados pela licitante.

Item	Serviços a serem comprovados	UND	Quantitativos mínimos a serem comprovados - PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	457,82	228,91
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE	m³	431,74	215,87



	ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019			
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	64048,5	32024,25

4.3.5.3. O(s) Responsável (eis) técnico(s) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, de acordo com o Quadro 02, conforme anotação em acervo técnico, emitido por pessoas jurídica e registrado o conselho de Classe Competente. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa.

Quadro 02 – Relação de projetos/serviços a serem comprovados por profissionais do quadro técnico da empresa.

Item	Serviços a serem comprovados	UND	Quantitativos mínimos a serem comprovados - PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	457,82	228,91
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	431,74	215,87
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	64048,5	32024,25

4.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.7. Comprovação de disponibilidade de fornecimento de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), insumo essencial à execução do objeto, mediante:

4.7.1. Termo de Compromisso de fornecimento de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado à Quente, por usina de asfalto legalmente licenciada, na falta de usina própria, e indicação média do transporte do CBUQ para execução dos serviços referenciados, não podendo ultrapassar 150 km do local da obra;

4.7.2. Deverá ser apresentado juntamente com o Termo de Compromisso de fornecimento do CBUQ documentos que comprovem a regularidade ambiental – Licença de Operação – da usina de asfalto a ser utilizada no serviço pertinente emitido pelo órgão competente, conforme resolução do CONAMA Nº 006, de 24 de janeiro de 1986 e de Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, inclusive no caso de usina própria.

4.7.2.1. Conforme destacado pelo TCU no Acórdão Nº 6047/2015 – 2ª Câmara, a exigência fixada no edital decorre de imposição legal, notadamente quando a necessidade de licenciamento ambiental para esses tipos de



empreendimentos que tem grande potencial poluidor. Para além, a exigência não é de que o licitante tenha usina asfáltica própria, mas sim que a usina, sendo própria ou não, tenha licenciamento.

4.7.2.2. No que tange ao raio de 150 km, temos que a limitação da distância objetivava a preservação das características ideais para a utilização do CBUQ, além do que, no presente caso, o raio de 150 km dos locais da obra alcança todo o Município licitante e considerável região circunvizinha.

4.7.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

4.7.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

4.7.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual — DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.7.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço

4.7.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

4.7.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.7.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- g) ata de fundação;
- h) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- i) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- j) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- k) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- l) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

4.8. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

4.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

f) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

g) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Estes documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

h) Caso o licitante seja cooperativa, o balanço deverá ser acompanhado da última auditoria contábil financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

i) Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção dos índices descritos abaixo: OS ÍNDICES deverão ser extraídos do Balanço Patrimonial vigente e apresentados em papel timbrado da empresa (COM DATA DE EMISSÃO POSTERIOR A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL), devidamente assinado pelo responsável da empresa e pelo profissional de contabilidade, deverá também ser apresentado a Certidão de Regularidade do Profissional fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade em plena vigência.

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior a **1,0**

$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Logo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior a **1,0**

ILC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

Grau de Endividamento (GEG) igual ou menor a **0,8**

GEG = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

j) Será exigido Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor global da contratação e a sua comprovação deverá ser feita através do Contrato Social, Balanço Patrimonial ou Certidão/Extrato emitida (o) pela JUCEB.

4.10. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

h) Instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes;

i) Declaração UNIFICADA (conforme modelo – Anexo XI);

j) Declaração de enquadramento na Lei nº 123/2006, quando for o caso, (conforme modelo do Anexo VII);

k) Declaração de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Se for o caso), (conforme modelo do Anexo VIII);

l) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo do Anexo X);

m) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas (conforme modelo do Anexo V);

n) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme modelo do Anexo VI);

Subcontratação

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

VISTORIA

4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.14. A ausência de vistoria técnica não exime o licitante do pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Ao apresentar proposta, presume-se que o licitante analisou integralmente todos os documentos técnicos disponibilizados e assume os riscos decorrentes de sua interpretação, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento, erro de avaliação ou imprevisibilidade de condições que estejam descritas ou sejam razoavelmente inferíveis a partir dos elementos constantes do processo. Nessas condições, não serão admitidos pedidos de rescisão contratual, revisão de preços, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer outra pretensão indenizatória fundamentada exclusivamente na alegação de ausência de vistoria técnica ou de desconhecimento de informações que estavam disponíveis ou eram previsíveis a partir da documentação do certame.



5. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA MÍNIMA (50%)

5.1. A Administração Pública, no exercício de suas atribuições, e com fundamento nos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, estabelece a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional dos licitantes.

5.2. A fixação do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) para fins de comprovação da capacidade técnica, por meio de atestados, mostra-se adequada e proporcional ao objeto a ser contratado, considerando sua complexidade, relevância e vulto.

5.3. Tal exigência visa assegurar que a empresa contratada detenha experiência prévia compatível com as parcelas mais significativas do objeto, reduzindo riscos de inexecução contratual, atrasos ou falhas que possam comprometer o interesse público.

5.4. Destaca-se que o percentual adotado encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, que admite a exigência de quantitativos mínimos razoáveis, desde que devidamente justificados e não restritivos à competitividade.

5.5. Assim, a exigência de comprovação de execução anterior correspondente a, no mínimo, 50% do objeto licitado não configura restrição indevida, mas medida prudente e necessária para garantir a adequada execução contratual, em observância ao interesse público.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. A execução do objeto será iniciada em até 10 dias da assinatura da ordem de serviço;

6.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços: deverá ser aquele estabelecido no cronograma físico- financeiro proposto pelo licitante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, o senhor RENATO DA HORA MORAES JUNIOR, CREA/BA Nº 23846/D, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



7.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Medição para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do instrumento não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.3.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.3.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento as etapas para fins de faturamento.

8.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



8.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.24. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.



8.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.26. A Administração deverá realizar consulta para:

8.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.27. Constatando-se, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

8.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

Antecipação de pagamento

8.36. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.37. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.



Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será Concorrência Eletrônica com adoção de critérios de julgamento por Preço Global.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.929.783,93 (Hum Milhão Novecentos e Vinte e Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Três Reais e Noventa e Três Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

UNIDADE; 02.04.001 – SECRETARIA DE OBRAS

PROJETO: 1.002 – INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

PROGRAMA DE TRABALHO: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE: 701 – Transferência De Convênios – Outros - Estado

Nova Ibiá, 27 de Abril de 2026.

MARCELO HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de infraestrutura e Obras
Decreto Municipal nº 3173/2025



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

APENDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS

OBJETO:	Contratação de empresa de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia. Termo de Convênio sob nº 063/2025, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a CONDER – Companhia de Desenvolvimento.
VALOR MÉDIO ESTIMADO:	R\$ 1.929.783,93 (Hum Milhão Novecentos e Vinte e Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Três Reais e Noventa e Três Centavos)
INTERESSE:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
SETOR REQUISITANTE:	Departamento De Engenharia

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Nos termos do art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação mostra-se necessária para atender ao interesse público, considerando a demanda por melhoria da infraestrutura viária urbana nos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda Maria Sena e Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá – Bahia.

2.2. As vias desses bairros possuem pavimentação em paralelepípedos, que, em virtude do tempo de uso, tráfego contínuo e ausência ou insuficiência de drenagem superficial adequada, apresentam irregularidades na superfície, falhas de rejuntamento, afundamentos pontuais e acúmulo de águas pluviais. Tais condições comprometem a segurança viária, a mobilidade urbana, a acessibilidade, além de gerar custos recorrentes de manutenção corretiva.

2.3. A execução de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos, associada à implantação e/ou adequação do sistema de drenagem superficial, constitui solução técnica eficiente, sustentável e economicamente vantajosa, atendendo aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A contratação pretendida permitirá maior durabilidade do pavimento, melhoria do escoamento das águas pluviais, redução de intervenções corretivas, aumento da vida útil da via e consequente otimização dos recursos públicos, além de proporcionar melhores condições de tráfego para veículos e pedestres.

2.5. Ressalta-se, ainda, que a intervenção contribuirá diretamente para a qualidade de vida da população, valorização dos espaços urbanos, fortalecimento das atividades econômicas locais e atendimento às diretrizes do planejamento urbano municipal, estando plenamente alinhada ao interesse público e à finalidade administrativa.



2.6. Diante do exposto, resta caracterizada a necessidade da contratação, conforme os requisitos do Estudo Técnico Preliminar, para execução de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial nos bairros mencionados, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

2.7. Considera-se a manutenção da vigência dos atos administrativos que envolve a presente contratação, necessários para atender os serviços de manutenção e reparos cuja a responsável em executar é a secretaria.

2.8. Considera-se que atualmente não há a vigência de contrato, sequer procedimento de licitação em andamento com relação ao mesmo OBJETO.

2.9. Considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD) pelo Departamento de Engenharia em que solicita a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

2.10. Bem como a descrição sucinta dos serviços que compõem cada etapa construtiva, as razões da escolha dos materiais e o período de contratação.

2.11. Pelo exposto, mediante a realização de inspeções e revisões na infraestrutura com a finalidade de evitar ou minimizar a ocorrência de problemas funcionais e estruturais ou deterioração do edifício ao longo do tempo, compreende-se como necessária e essencial a presente CONTRATAÇÃO à Secretaria Municipal de Infraestrutura para permitir que a mesma possa atender os serviços de pavimentação e drenagem de ruas.

3. REQUISITOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A pavimentação asfáltica é obra de infraestrutura viária que envolve terraplenagem, drenagem, execução de base e sub-base, revestimento asfáltico e controle tecnológico, atividades de média a alta complexidade técnica. Em razão dessa complexidade e dos riscos envolvidos, a responsabilidade técnica deve ser atribuída a profissional legalmente habilitado para obras de infraestrutura, notadamente Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, que possui formação e atribuições compatíveis com o dimensionamento, execução e controle desse tipo de obra.

3.2. Os Técnicos em Edificações possuem atribuições predominantemente voltadas a edificações, não abrangendo, como regra, a integralidade das atividades próprias da pavimentação asfáltica.

3.3. Assim, a exigência de Engenheiro e/ou Arquiteto habilitado é necessária e proporcional ao objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida para garantir a segurança, a qualidade e a adequada execução da obra, não sendo tecnicamente viável a aceitação de Técnico em Edificações como responsável técnico principal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

4.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO

g) De registro público no caso de empresário individual.

h) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

i) No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.

j) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



k) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

l) Cédula de Identidade de pelo menos um dos sócios

Obs: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2.1. REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE:

o) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

p) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

q) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

r) Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

s) Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

t) Prova de regularidade com a Fazenda **Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).

u) **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (conforme modelo do Anexo IX);

Obs: Também servirão como prova de regularidade, as Certidões Positiva com Efeito de Negativa

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, COMPROVADA ATRAVÉS DE:

4.3.1. Apresentar registro ou inscrição da empresa licitante perante Conselho Regional de Engenharia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU em plena validade.

4.3.2. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar, em seu nome, atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA competente, nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, comprovando a execução dos serviços indicados no Quadro 01 deste Edital.

4.3.3. Para comprovação da capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar em nome de profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto ou profissional da área Engenheiro Civil ou Arquiteto, a comprovação de aptidão deste para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de 01 ou mais ATESTADO(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico.

4.3.4. Observação: O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento.

4.3.5. Os atestados deverão comprovar a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

4.3.5.1. Para atendimento à qualificação TÉCNICO-PROFISSIONAL, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, os profissionais de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL ou ARQUITETO, reconhecidos pelo CREA e CAU, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, devidamente registrados no CREA e CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, Expedidas por esse Conselho, que comprovem ter o profissional, Executado, SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA SIMILAR, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante.



4.3.5.2. A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, com atestado de capacidade técnica em nome da empresa e que comprove ter executado as parcelas da obra, de acordo com o Quadro 01, vinculado à anotação em acervo técnico, emitido por pessoa jurídica de direito privado.

Quadro 01 – Relação de serviços a serem comprovados pela licitante.

Item	Serviços a serem comprovados	UND	Quantitativos mínimos a serem comprovados - PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	457,82	228,91
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	431,74	215,87
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	64048,5	32024,25

4.3.5.3. O(s) Responsável (eis) técnico(s) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, de acordo com o Quadro 02, conforme anotação em acervo técnico, emitido por pessoas jurídica e registrado o conselho de Classe Competente. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa.

Quadro 02 – Relação de projetos/serviços a serem comprovados por profissionais do quadro técnico da empresa.

Item	Serviços a serem comprovados	UND	Quantitativos mínimos a serem comprovados - PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	457,82	228,91
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	431,74	215,87
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	64048,5	32024,25

4.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.7. Comprovação de disponibilidade de fornecimento de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), insumo essencial à execução do objeto, mediante:

4.7.1. Termo de Compromisso de fornecimento de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado à Quente, por usina de asfalto legalmente licenciada, na falta de usina própria, e indicação média do transporte do CBUQ para execução dos serviços referenciados, não podendo ultrapassar 150 km do local da obra;

4.7.2. Deverá ser apresentado juntamente com o Termo de Compromisso de fornecimento do CBUQ documentos que comprovem a regularidade ambiental – Licença de Operação – da usina de asfalto a ser utilizada no serviço pertinente emitido pelo órgão competente, conforme resolução do CONAMA Nº 006, de 24 de janeiro de 1986 e de Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, inclusive no caso de usina própria.

4.7.2.1. Conforme destacado pelo TCU no Acórdão Nº 6047/2015 – 2ª Câmara, a exigência fixada no edital decorre de imposição legal, notadamente quando a necessidade de licenciamento ambiental para esses tipos de empreendimentos que tem grande potencial poluidor. Para além, a exigência não é de que o licitante tenha usina asfáltica própria, mas sim que a usina, sendo própria ou não, tenha licenciamento.

4.7.2.2. No que tange ao raio de 150 km, temos que a limitação da distância objetivava a preservação das características ideais para a utilização do CBUQ, além do que, no presente caso, o raio de 150 km dos locais da obra alcança todo o Município licitante e considerável região circunvizinha.

4.7.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

4.7.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

4.7.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual — DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.7.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço

4.7.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

4.7.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.7.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- m) ata de fundação;
- n) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- o) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- p) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- q) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- r) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

4.8. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

4.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



k) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

l) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Estes documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

m) Caso o licitante seja cooperativa, o balanço deverá ser acompanhado da última auditoria contábil financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

n) Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção dos índices descritos abaixo: OS ÍNDICES deverão ser extraídos do Balanço Patrimonial vigente e apresentados em papel timbrado da empresa (COM DATA DE EMISSÃO POSTERIOR A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL), devidamente assinado pelo responsável da empresa e pelo profissional de contabilidade, deverá também ser apresentado a Certidão de Regularidade do Profissional fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade em plena vigência.

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior a **1,0**

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Logo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior a **1,0**

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$GEG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

Grau de Endividamento (GEG) igual ou menor a **0,8**

$$GEG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

Ativo Total

o) Será exigido Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor global da contratação e a sua comprovação deverá ser feita através do Contrato Social, Balanço Patrimonial ou Certidão/Extrato emitida (o) pela JUCEB.

4.10. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

v) Instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes;

w) Declaração UNIFICADA (conforme modelo – Anexo XI);

x) Declaração de enquadramento na Lei no 123/2006, quando for o caso, (conforme modelo do Anexo VII);

y) Declaração de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Se for o caso), (conforme modelo do Anexo VIII);

z) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo do Anexo X);

aa) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas (conforme modelo do Anexo V);

bb) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme modelo do Anexo VI);

Subcontratação

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

4.12. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

VISTORIA

4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.14. A ausência de vistoria técnica não exime o licitante do pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Ao apresentar proposta, presume-se que o licitante analisou integralmente todos os documentos técnicos disponibilizados e assume os riscos decorrentes de sua interpretação, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento, erro de avaliação ou imprevisibilidade de condições que estejam descritas ou sejam razoavelmente inferíveis a partir dos elementos constantes do processo. Nessas condições, não serão admitidos pedidos de rescisão contratual, revisão de preços, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer outra pretensão indenizatória fundamentada exclusivamente na alegação de ausência de vistoria técnica ou de desconhecimento de informações que estavam disponíveis ou eram previsíveis a partir da documentação do certame.

5. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA MÍNIMA (50%)

5.1. A Administração Pública, no exercício de suas atribuições, e com fundamento nos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, estabelece a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional dos licitantes.

5.2. A fixação do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) para fins de comprovação da capacidade técnica, por meio de atestados, mostra-se adequada e proporcional ao objeto a ser contratado, considerando sua complexidade, relevância e vulto.

5.3. Tal exigência visa assegurar que a empresa contratada detenha experiência prévia compatível com as parcelas mais significativas do objeto, reduzindo riscos de inexecução contratual, atrasos ou falhas que possam comprometer o interesse público.

5.4. Destaca-se que o percentual adotado encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, que admite a exigência de quantitativos mínimos razoáveis, desde que devidamente justificados e não restritivos à competitividade.

5.5. Assim, a exigência de comprovação de execução anterior correspondente a, no mínimo, 50% do objeto licitado não configura restrição indevida, mas medida prudente e necessária para garantir a adequada execução contratual, em observância ao interesse público.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis, os padrões praticados, a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como os parâmetros de custos usualmente adotados para obras de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial.

6.2. O levantamento considerou obras similares executadas por entes públicos municipais e estaduais, bem como a utilização de bases oficiais de referência de custos, amplamente adotadas pela Administração Pública, tais como SINAPI, SICRO, ORSE e demais sistemas reconhecidos, compatíveis com a realidade regional do Estado da Bahia.

6.3. Verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas e devidamente qualificadas para execução desse tipo de obra, com capacidade técnica, operacional e econômica para atender às exigências do objeto, o que demonstra a ampla competitividade do mercado, não havendo risco de restrição à competitividade do certame.

6.4. Constatou-se, ainda, que a solução de aplicação de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos, associada à implantação e/ou adequação de drenagem superficial, é prática consolidada no mercado, tecnicamente adequada e amplamente utilizada em vias urbanas com características semelhantes às dos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda



Maria Sena e Rosalina Moura, apresentando vantagens como maior durabilidade, melhor conforto de rolamento, redução de manutenção e eficiência no escoamento das águas pluviais.

6.5. Os valores estimados para a contratação foram obtidos com base em planilha orçamentária detalhada, elaborada por profissional habilitado, utilizando composições de custos unitários extraídas das bases oficiais vigentes, acrescidas de BDI compatível com o tipo e porte da obra, refletindo os preços praticados pelo mercado regional.

6.6. Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia que a contratação pretendida é tecnicamente viável, economicamente compatível com os preços de mercado e plenamente atendida por fornecedores especializados, estando alinhada aos princípios da economicidade, planejamento, eficiência e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta consiste na execução de pavimentação asfáltica sobre o pavimento existente em paralelepípedos, com a devida implantação e/ou adequação do sistema de drenagem superficial, em vias localizadas nos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda Maria Sena e Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá – Bahia.

7.2. A intervenção contempla, de forma integrada, a realização de serviços preliminares, mobilização e desmobilização, administração local da obra, execução de pintura de ligação, aplicação de camadas asfálticas (binder e rolamento), serviços de transporte de materiais, bem como a sinalização viária horizontal e vertical, conforme projetos, especificações técnicas, normas vigentes e planilha orçamentária elaborada.

7.3. Previamente à execução do revestimento asfáltico, o pavimento em paralelepípedos existente será avaliado e preparado, com correção de irregularidades, recomposição pontual, limpeza e aplicação de pintura de ligação, garantindo adequada aderência entre as camadas e desempenho estrutural do novo pavimento.

7.4. A drenagem superficial será executada ou ajustada por meio de dispositivos adequados, tais como sarjetas, meios-fios, bocas de lobo e direcionamento do escoamento das águas pluviais, de modo a evitar acúmulos, infiltrações e danos prematuros à estrutura do pavimento.

7.5. A solução adota materiais e métodos construtivos amplamente consolidados no mercado, com uso de concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), atendendo às normas técnicas aplicáveis, às especificações do DNIT e às composições oficiais de custos, assegurando qualidade, durabilidade e desempenho funcional das vias.

7.6. De forma integrada, a solução proposta visa promover melhoria da mobilidade urbana, segurança viária, conforto aos usuários, redução de custos de manutenção e aumento da vida útil das vias, atendendo às necessidades da população e aos objetivos do planejamento urbano municipal, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021, as estimativas das quantidades e do preço da contratação foram definidas com base em levantamentos técnicos, projetos básicos, medições em campo e planilha orçamentária detalhada, elaborada por profissional legalmente habilitado.

8.2. As quantidades dos serviços foram estimadas considerando as áreas e extensões das vias a serem contempladas nos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda Maria Sena e Rosalina Moura, incluindo os serviços necessários à execução da pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos, adequação da drenagem superficial, sinalização viária, mobilização, administração local e demais serviços correlatos, conforme especificações técnicas e projetos aprovados.

8.3. A estimativa de preços foi realizada a partir da utilização de bases oficiais de referência de custos, amplamente aceitas pela Administração Pública, tais como SINAPI (BA), SICRO 3 (BA) e ORSE, com data-base compatível com o período de elaboração do orçamento, refletindo os valores praticados no mercado regional. Os custos unitários foram acrescidos de BDI compatível com o porte e a complexidade da obra, observando-se os princípios da razoabilidade e da economicidade.

8.4. Com base na planilha orçamentária consolidada, o valor global estimado da contratação para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial é de R\$ 1.929.783,93 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos).

8.5. Ressalta-se que os valores estimados atendem aos parâmetros de mercado, estão devidamente justificados tecnicamente e possibilitam a adequada execução do objeto, sem comprometer a competitividade do certame,



observando-se os princípios do planejamento, eficiência, vantajosidade e responsabilidade fiscal, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVA DE OPÇÃO POR PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

9.1. Em observância ao disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, e aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a viabilidade de parcelamento do objeto da contratação, considerando aspectos técnicos, econômicos, operacionais e de gestão do contrato.

9.2. Após análise, concluiu-se que não é tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto, uma vez que a execução da pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial demanda integração, continuidade e uniformidade técnica entre as etapas construtivas, tais como preparação da base existente, aplicação da pintura de ligação, execução das camadas asfálticas, implantação dos dispositivos de drenagem e sinalização viária.

9.3. O eventual parcelamento da obra em múltiplos contratos poderia acarretar dificuldades de compatibilização técnica, riscos de descontinuidade dos serviços, aumento de interfaces entre executores, divergências de padrões construtivos e comprometimento da qualidade final do pavimento, além de gerar custos adicionais de mobilização, administração e fiscalização, impactando negativamente a economicidade e a eficiência da contratação.

9.4. Ressalta-se, ainda, que o objeto apresenta unidade funcional, pois os serviços estão interligados e devem ser executados de forma coordenada para garantir o desempenho estrutural, a durabilidade e a segurança viária das vias beneficiadas. A execução por um único contratado favorece o controle técnico, a responsabilização pelos resultados e a adequada gestão contratual.

9.5. Dessa forma, a opção pela contratação do objeto de forma **não parcelada** mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e vantajosidade, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo à competitividade do certame, uma vez que há no mercado empresas aptas a executar integralmente o objeto.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. O objetivo principal da Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia é proporcionar melhor fluxo de transportes para moradores e melhoram o escoamento superficial nos dias de chuvas.

10.2. A contratação para execução de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial nos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda Maria Sena e Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá – Bahia, encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Pública, em atendimento aos princípios do planejamento, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.3. Após análise das contratações realizadas e em andamento por este município, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10.4. A demanda está compatível com o Planejamento Estratégico Municipal, com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), estando inserida nas ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, mobilidade e qualidade de vida da população.

10.5. A contratação também se encontra alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) do Município, quando aplicável, observando o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, garantindo previsibilidade, organização das despesas e racionalização dos recursos públicos.

10.6. Além disso, a execução da obra atende às políticas públicas de mobilidade urbana, desenvolvimento sustentável e ordenamento territorial, contribuindo para a redução de custos futuros de manutenção viária, melhoria da segurança no trânsito e otimização da infraestrutura existente.

10.7. Dessa forma, evidencia-se que a contratação proposta está plenamente integrada ao planejamento institucional e orçamentário do Município, demonstrando coerência entre a necessidade identificada, a solução escolhida e os objetivos estratégicos da Administração, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e vantajosidade, estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

10.8. O planejamento da reforma foi desenvolvido com base em uma análise detalhada das condições atuais da estrada, objeto da intervenção. A contratação da empresa responsável pela execução da obra deve estar em



conformidade com as diretrizes do planejamento, assegurando que todos os requisitos técnicos e operacionais sejam atendidos. Abaixo estão os principais pontos de alinhamento:

- **Definição de Escopo:** O planejamento estabeleceu um escopo claro e detalhado, que inclui todas as etapas da reforma, desde a demolição de áreas específicas até a entrega final com todas as melhorias implementadas. A contratação da empresa deve garantir que todos os itens descritos no escopo sejam cumpridos, sem acréscimos que possam comprometer o orçamento ou o cronograma.
- **Cronograma de Execução:** O planejamento prevê um cronograma de execução da obra com prazos bem definidos para cada etapa. A empresa contratada deverá seguir rigorosamente esse cronograma, garantindo a conclusão dentro do prazo estipulado. O alinhamento entre o planejamento e a contratação deve garantir que a empresa tenha a capacidade técnica e recursos necessários para cumprir o cronograma estabelecido.
- **Orçamento e Custos:** O orçamento do projeto foi planejado de forma a cobrir todas as despesas, desde a contratação até a conclusão da obra. A empresa contratada deverá fornecer um detalhamento dos custos, e sua proposta deverá estar dentro dos valores previstos no planejamento, com margens para eventuais ajustes, mas sem comprometer o orçamento inicial.
- **Qualidade e Conformidade Técnica:** O planejamento especificou as normas técnicas e exigências de qualidade que devem ser atendidas durante a execução da obra. A empresa contratada deverá apresentar um plano de trabalho que esteja em conformidade com essas exigências, e a fiscalização será responsável por acompanhar e garantir que todos os padrões de qualidade sejam cumpridos.
- **Gestão de Riscos e Ajustes:** Durante o planejamento, foram identificados riscos potenciais que podem impactar a execução da obra (como atrasos em fornecimento de materiais, condições climáticas adversas ou imprevistos no processo de construção). A empresa contratada deverá apresentar um plano de mitigação de riscos, alinhado ao planejamento, e adotar medidas para lidar com possíveis imprevistos sem comprometer o andamento do projeto.
- **Comunicação e Monitoramento:** Para garantir que o planejamento seja seguido adequadamente, será estabelecido um fluxo de comunicação contínuo entre a administração responsável pela obra e a empresa contratada. Relatórios periódicos de progresso serão exigidos, com reuniões de acompanhamento para ajustar qualquer desvio identificado em relação ao cronograma, orçamento ou escopo.
- O sucesso da Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, depende da perfeita integração entre o planejamento e a contratação. A empresa contratada deve estar alinhada com os objetivos e diretrizes estabelecidas no planejamento, garantindo que a execução da obra ocorra de maneira eficiente, sem comprometer a qualidade, os custos e o prazo previstos. A administração pública, por sua vez, se compromete a fornecer a supervisão necessária para que o projeto seja realizado de acordo com os padrões desejados.

11. INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A Com a contratação para execução da pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial nos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda Maria Sena e Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá – Bahia, a Administração Pública pretende alcançar resultados que atendam ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

11.2. Os principais resultados pretendidos são:

11.2.1. Melhoria da mobilidade urbana, proporcionando maior fluidez no tráfego de veículos e pedestres, com vias mais seguras e confortáveis;

11.2.2. Aumento da segurança viária, por meio da eliminação de irregularidades do pavimento e da implantação adequada de sinalização horizontal e vertical;

11.2.3. Eficiência no escoamento das águas pluviais, reduzindo pontos de alagamento, infiltrações e danos prematuros à estrutura das vias;

11.2.4. Redução de custos de manutenção viária, em razão da maior durabilidade e desempenho do pavimento asfáltico em relação ao pavimento existente;

11.2.5. Melhoria das condições de acessibilidade, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida;

11.2.6. Valorização dos espaços urbanos e dos imóveis, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local;

11.2.7. Elevação da qualidade de vida da população, com impactos positivos na saúde pública, no transporte e no acesso aos serviços essenciais.

11.3. Dessa forma, a contratação almeja resultados mensuráveis e sustentáveis, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, a eficiência da política pública de infraestrutura urbana e o atendimento às demandas da comunidade, em consonância com os objetivos do planejamento municipal e com os princípios da Lei nº 14.133/2021.



12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1. É importante que a Secretaria Municipal de Infraestrutura siga essas providências para garantir a transparência, eficiência e qualidade na CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL NO BAIRROS: ALÍPIO LOPES, BAIRRO CENTRO, BAIRRO LAURINDA MARIA SENA E BAIRRO ROSALINA MOURA, NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ-BAHIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

12.2. A formação da comissão técnica para análise das propostas é essencial para avaliar criteriosamente as propostas recebidas, levando em consideração não apenas o preço, mas também a qualidade técnica e a capacidade da empresa em executar o projeto. Além disso, a equipe de fiscalização do contrato e da obra deve ser bem estruturada e capacitada para garantir que o contrato seja cumprido conforme o estabelecido e que a obra seja realizada dentro dos padrões e prazos estipulados.

12.3. A área de Licitações, Compras e Contratos do município também desempenha um papel fundamental ao determinar outros requisitos que devem ser atendidos, garantindo que o processo licitatório seja realizado de forma legal e transparente.

12.4. Seguindo essas providências e garantindo a efetiva participação e supervisão das equipes envolvidas, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, poderá assegurar que a EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL NO BAIRROS: ALÍPIO LOPES, BAIRRO CENTRO, BAIRRO LAURINDA MARIA SENA E BAIRRO ROSALINA MOURA, NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ-BAHIA, seja realizada de forma eficiente e que os resultados atendam às necessidades da comunidade constante de servidores aptos a desempenhar estas atividades nesta instituição.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A contratação para execução de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial nos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda Maria Sena e Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá – Bahia, foi analisada sob o aspecto ambiental, em atendimento ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Durante a fase de execução das obras, poderão ocorrer impactos ambientais temporários, tais como geração de poeira, ruídos, emissão de gases provenientes do uso de máquinas e equipamentos, além da produção de resíduos sólidos e resíduos de construção civil. Tais impactos são considerados de baixa a média magnitude e temporários, restritos ao período de execução da obra.

13.3. Como medidas mitigadoras, deverão ser adotadas práticas de controle ambiental, incluindo:

13.4. Umidificação de vias para redução de poeira;

13.5. Controle e manutenção preventiva de máquinas e equipamentos, visando minimizar emissões e ruídos;

13.6. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme a legislação vigente;

13.7. Organização do canteiro de obras, evitando interferências desnecessárias ao meio ambiente e à comunidade local.

13.8. Ressalta-se que a solução proposta aproveita o pavimento existente em paralelepípedos, reduzindo a necessidade de demolições e descartes, o que contribui para a minimização de resíduos e para a racionalização do uso de recursos naturais.

13.9. Na fase pós-obra, os impactos ambientais esperados são positivos, destacando-se a melhoria do escoamento das águas pluviais, a redução de processos erosivos, diminuição da poeira em suspensão, maior conforto ambiental, além da melhoria das condições de mobilidade urbana e segurança viária.

13.10. Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta impacto ambiental controlável e predominantemente positivo, desde que observadas as normas ambientais aplicáveis e as medidas mitigadoras previstas, estando alinhada aos princípios da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade socioambiental, conforme a Lei nº 14.133/2021. Ao estabelecer parcerias com empresas comprometidas com a adoção de critérios e práticas sustentáveis, a Secretaria Municipal de Infraestrutura pode contribuir para a redução dos impactos ambientais e promover a responsabilidade ambiental em sua comunidade.



14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Posicionamento Após a realização do Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para execução de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedos com drenagem superficial nos bairros Alípio Lopes, Centro, Laurinda Maria Sena e Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá – Bahia, mostra-se plenamente viável, sob os aspectos técnico, econômico, operacional, orçamentário e ambiental, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

14.2. Do ponto de vista técnico, a solução adotada utiliza métodos construtivos consolidados, materiais amplamente disponíveis no mercado e atende às normas técnicas vigentes, garantindo desempenho, durabilidade e segurança das vias urbanas.

14.3. Sob o aspecto econômico e orçamentário, o valor estimado da contratação foi definido com base em planilha orçamentária detalhada, elaborada a partir de bases oficiais de referência, refletindo os preços praticados no mercado regional, havendo previsão de recursos orçamentários compatíveis para suportar a despesa, sem prejuízo ao equilíbrio fiscal do Município.

14.4. Quanto à viabilidade operacional, verifica-se que o mercado dispõe de empresas qualificadas e capacidades para execução integral do objeto, não havendo restrições à competitividade do certame, bem como a Administração possui estrutura mínima para a fiscalização e gestão do contrato.

14.5. No aspecto ambiental, os impactos decorrentes da execução da obra são considerados temporários e controláveis, sendo mitigáveis por meio de medidas adequadas, enquanto os impactos positivos esperados, especialmente a melhoria do sistema de drenagem e da mobilidade urbana, reforçam a adequação da contratação sob o prisma da sustentabilidade.

14.6. Diante do exposto, resta **caracterizada a viabilidade da contratação**, demonstrando que a solução escolhida atende ao interesse público, é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e compatível com o planejamento da Administração Pública, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Nova Ibiá – Ba, 27 de Abril de 2026.

MARCELO HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de infraestrutura e Obras
Decreto Municipal nº 3173/2025

Adebaldo Rodrigues dos Santos
Crea- 18459/D



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO II - Minuta de Termop de Contrato nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ, POR INTERMÉDIO
DO (A) E

O MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.697.583/0001-48, com sede na Avenida Francisco Ribeiro da Silva nº 44, Centro, Nova Ibiá – Bahia, CEP 45.452-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Marcio Tarantine Souza Sampaio**, brasileiro portador da cédula de identidade nº706340841 SSP/BA e CPF nº947.559.575-91, portador da Cédula de Identidade nº. 03014320 90 SSP/BA e CPF/MF 423.494.195 68, aqui denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedos com Drenagem Superficial nos Bairros: Alípio Lopes, Bairro Centro, Bairro Laurinda Maria Sena e Bairro Rosalina Moura, no município de Nova Ibiá-Bahia. Termo de Convênio sob nº 063/2025, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado nos termos do artigo 105 c/c 111 da Lei nº 14.133/2021, através da celebração de termo aditivo.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Modelos De Execução:

- 3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 3.1.1. A execução do objeto será iniciada em até 10 dias da assinatura da ordem de serviço;
 - 3.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;
 - 3.1.3. Cronograma de realização dos serviços: deverá ser aquele estabelecido no cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante.

Gestão contratuais:

- 3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



3.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

3.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, o senhor RENATO DA HORA MORAES JUNIOR, CREA/BA Nº 23846/D, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

3.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

3.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



3.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

5.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

5.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.2 A utilização do instrumento a ser utilizado pela Administração não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

5.3 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico - Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.3.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

5.3.2 O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.



5.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

5.4.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

5.4.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.4.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

5.4.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.4.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

5.4.9 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.4.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

5.6.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.6.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.6.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



5.6.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.6.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.8 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.10.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

5.11 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.12 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.13 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.14 A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

5.15 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



Prazo de pagamento

5.19 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.

Forma de pagamento

5.21 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

5.25 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

5.26 Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

6. CLÁUSULA SÉXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Geral de Preço de Mercado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 7.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 7.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 7.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 7.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 7.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 7.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 7.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.10.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês
- 7.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 7.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 7.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 7.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.



7.1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. A contratada poderá substituir qualquer técnico de sua equipe que presta o serviço contratado, por técnico igualmente qualificado, desde que justificado e tenha a anuência por escrito da contratante.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

8.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

8.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

8.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;



- 8.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 8.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 8.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 8.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 8.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 8.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 8.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 8.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 8.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 8.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 8.27. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 8.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 8.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 8.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;



- 8.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 8.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 8.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 8.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.36. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 8.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 8.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 8.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 8.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 8.42. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do CONTRATANTE;
- 8.43. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.44. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 8.45. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 8.46. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 8.47. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.48. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 8.49. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 8.50. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 8.50.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;



8.50.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

8.50.3. florestas plantadas; e

8.50.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.50.5. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.50.6. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

8.50.7. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

8.50.8. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

8.50.9. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.50.10. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

8.50.11. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação/Comissão durante o certame;

10.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- 10.6. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.7. deixar de apresentar amostra; ou
- 10.8. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.9. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.10. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.11. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.12. fraudar a licitação
- 10.13. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.14. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.15. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.16. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.17. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.18. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.19. advertência;
- 10.20. multa;
- 10.21. impedimento de licitar e contratar; e
- 10.22. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.23. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.24. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.25. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.26. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.27. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.28. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.29. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.30. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.31. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.32. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.33. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.34. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.35. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.36. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



10.37. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.38. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.39. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.40. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.41. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

11.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.8.3. Das indenizações e multas.

11.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e



11.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

11.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.

13.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

13.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

13.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE: 02.04.001 – SECRETARIA DE OBRAS

PROJETO: 1.002 – INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL



PROGRAMA DE TRABALHO: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE: 701 – Transf de Convenios – Outros - Estado

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal do Município, na forma prevista no art. 94, § 3º da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gandu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIA
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº xxxxxxxxxxxx/2026.
Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Prezados Senhores, segue abaixo os preços conforme solicitações solicitadas:

Após a análise, da documentação da licitação em referência e de seus anexos, propomos executar, sob nossa inteira responsabilidade, o objeto desta Concorrência Pública, conforme descrição abaixo:

- 1) que o valor Global da Proposta será de R\$... (Por extenso)
- 2) que nos responsabilizamos pela execução dos serviços e pela fiel observância das especificações técnicas (assinada também por técnico legalmente habilitado);

A nossa Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação da proposta e o Prazo de Execução será de xx Meses após OS.

Declaramos que:

- Aceitamos as condições estipuladas na planilha anexo VIII deste Edital;
- Ter pleno conhecimento de todos os termos e condições do Edital da presente licitação e aceita, sem ressalvas, as condições nele previstas;
- Serão prestados os serviços, de acordo com as especificações constantes no edital;
- Que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados da Prefeitura Municipal de Nova Ibiá e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAL

Credencio o Senhor(a) , (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, para representar esta empresa, podendo praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente a Concorrência Pública, na forma do Edital de nº XXX/2026.

Oportunamente, declaro que a nossa empresa aceita, sem ressalvas, as condições previstas no Edital.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO V - MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu,, representante da empresa, inscrita no CNPJ sob nº., interessado em participar do Processo Licitatório, CONCORRENCIA ELETRONICA Nº .../2026, da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ, DECLARO, sob as penas da Lei, que inexistente impedimento legal contra esta empresa que impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública.

_____, _____ de _____ de 2026

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada após o credenciamento



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026**

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE VISITA

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026, que a empresa, através do Engº/Arqº, CREA nº.XX, tomou conhecimento das condições atuais do local onde será executada a obra em epígrafe.

_____, _____ de _____ de 2026

**RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026**

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº), sediada no
(a) _____

(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado. Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO VIII
(Declaração Unificada)
(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG no _____ e do CPF no _____, representante legal do licitante _____ (razão social), CNPJ _____, interessado em participar do Credenciamento nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

DECLARA expressamente:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- b) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **Artigo 7º, XXXIII, da Constituição**;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos **Incisos III e IV, do Artigo 1º, e no inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal**;
- e) Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Local e data.....

[Assinatura]
Nome do Representante
Cargo do Representante Legal
Nome da Empresa



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026**

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06) [EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar no 123/06, declaramos: que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição () de microempresa [ou] () de empresa de pequeno porte e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar no 123/06.

Nova Ibiá - BA, _____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO X

PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

A Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ_____/000-____, instituída em ____/____/____, com sede na Rua _____, Nº _____, _____, CEP _____, por meio do sócio administrador _____, portador da identidade _____ expedida por ____/____ e CPF nº _____ em cumprimento ao art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021, declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Administrador da Licitante



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO XI - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.63, INCISO IV DA LEI 14.133/2021

A empresa _____ (nome/razão social), CNPJ nº _____,
sediada em _____ (endereço completo), **DECLARA** que, até a presente
data, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência
Social, previstas em lei e em outras normas específicas e que está ciente da obrigatoriedade de declarar
ocorrências posteriores.

(Cidade/UF) _____, _____ de _____ de _____.

Nome (s) e assinatura (s) do (s) representante (s) legal (ais) da empresa



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ANEXO XII - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

(PESSOA JURÍDICA)

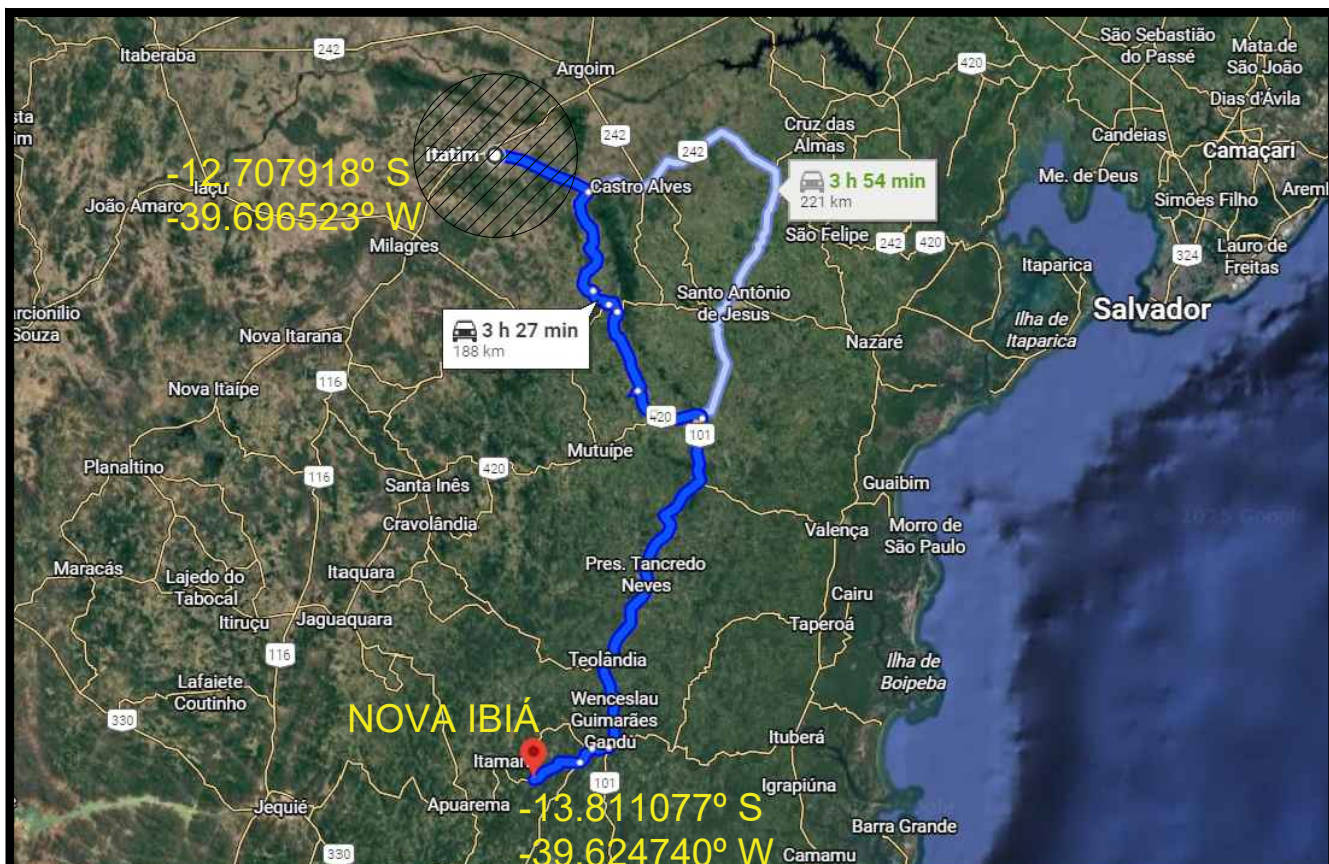
A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____
(endereço completo) _____, doravante representada por [representante legal]
_____ [nome completo], _____ [nacionalidade],
_____ [estado civil], _____ [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade
RG nº _____ [órgão expedidor], inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____,
residente e domiciliado(a) na cidade de _____, Estado
_____, na Rua _____, nº _____,
CEP: _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988
e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com
menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16
(dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

() SIM () NÃO

(Local), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pela Empresa
CPF nº _____



ROTA

DISTÂNCIA 188,00 KM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

LOCAL:	NOVA IBIÁ/BA
ENDEREÇO:	CENTRO
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA: 18459/D

OBJETO:	PLANTA - DMT
REVISÃO:	
ANÁLISE	REVISADA
09/12/25	

PRANCHA:
DMT 1

MEMORIAL DESCRITIVO

As Especificações Técnicas a seguir têm o objetivo de nortear a execução dos serviços previstos no projeto de pavimentação e drenagem a ser realizado na Avenida Benedito Pereira, Rua Valeriano do nascimento, Rua Gerindo Geraldo dos Santos, Rua Dalvina Maria de Souza, Rua Elza Muniz de Souza, Rua Deraldo Pereira Barbosa, Rua 07, Travessa Maria Farias Bitencourt, Rua 09, Rua 10, Rua Enedino dos Santos e Avenida Francisco Ribeiro da Silva, na sede do Município de Nova Ibiá – Bahia

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 BARRACÃO FECHADO PORTE PEQUENO PARA DEPÓSITO DE CIMENTO E ALMOXARIFADO (S=38,72 M2) COM MATERIAIS NOVOS

Construção de depósito fechado para estoque adequado dos materiais a serem utilizados na obra.

1.2 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA.

Conforme modelo Conder:

A placa indicativa da obra deverá ser executada respeitando rigorosamente às referências cromáticas, as dimensões e os tipos de letras e logotipos do modelo apresentado pela Ministério do desenvolvimento regional.

A placa deverá ser em chapa galvanizada NR. 18 , com dimensões 1,50 x 2,40cm, pintada com tinta a óleo ou esmalte sintético, armada com sarrafos de madeira de 5cm x 2,5 cm e pontaletes de 3" x 3" .

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A **administração local** também é um componente do custo direto da obra e compreende a estrutura administrativa de condução e apoio à execução da construção, composta de pessoal de direção técnica, pessoal de escritório e de segurança (vigias, porteiros, seguranças etc.).

2.1 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR

A obra terá um Engenheiro civil de obra júnior, responsável pela parte técnica e burocrática e um encarregado de obra, responsável pela execução dos serviços.

2.2 ENCARREGADO GERAL

A obra terá um encarregado de obra, responsável pela execução dos serviços.

3 PAVIMENTAÇÃO

3.1 LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

3.2 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS.

A regularização de sub-leito e compactação com 20 cm de espessura

A operação de regularização do sub-leito se dará dentro da faixa de domínio da via, respeitando-se os limites do estaqueamento e off-set's.

- a)** Inicialmente deve ser procedida uma verificação geral mediante o nivelamento geométrico, comparando-se as cotas da superfície existente (camada final de terraplenagem) com as cotas previstas no projeto;
- b)** Após a marcação topográfica da Regularização, proceder-se-á a escarificação, até 0,20m abaixo da cota de projeto, e o espalhamento do material escarificado até a cota estabelecida;
- c)** Caso seja necessária a importação de materiais, os mesmos devem ser lançados preferencialmente após a escarificação, efetuando-se então uma nova operação de espalhamento. As raízes, blocos de pedra com diâmetro superior a 76mm e outros materiais estranhos, devem ser removidos;
- d)** Caso seja necessário bota-fora, o mesmo deve ser feito lançando-se o excesso em locais que não causem prejuízo ao meio ambiente, à drenagem ou às obras de arte ou em locais a serem indicados pela Fiscalização;

Procedimento de execução da escarificação:

- a)** Inicialmente deve ser procedida uma verificação geral mediante o nivelamento geométrico, comparando-se as cotas da superfície existente (camada final de terraplenagem), com as cotas previstas no projeto;
- b)** Após a marcação topográfica da Regularização, proceder-se-á a escarificação, até 0,20m abaixo da cota de projeto, e o espalhamento do material escarificado até a cota estabelecida.

3.3 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA).

Colchão de areia

Deve ser utilizada, na confecção do colchão, areia média ou grossa, isenta de matéria orgânica ou outras impurezas prejudiciais às suas condições drenantes. O equivalente de areia do material empregado deve ser igual ou superior a 50%.

A areia a ser utilizada deve ser transportada por caminhões basculantes.

A espessura do colchão de areia a ser executado será de no mínimo 15 cm.

Antes do início do trabalho de pavimentação com paralelepípedos, todas as obras de terraplenagem, de bueiros, drenagem profunda, a regularização e estabilização da camada que servirá de base (geralmente uma camada de sub-base), deverão estar concluídas.

3.3 ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA).

As guias pré-fabricadas em concreto simples devem ter as seguintes dimensões: 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). Os meio-fios de concreto simples, deverá apresentar uma resistência mínima aos vinte e oito dias de $F_{ck} \geq 25$ Mpa.

Procedimento de execução

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos cotas e dimensões indicadas no projeto;
- b) execução de base de brita para regularização e apoio dos meios-fios;
- c) assentamento dos meios-fios pré-moldados, respeitando-se alinhamento e nivelamento.
- d) rejuntamento com argamassa cimento-areia, traço 1:3
- e) peças deverão ter no máximo 1m, devendo esta dimensão ser reduzida para segmentos em curva.

3.4 CINTA DE CONFINAMENTO EM CONCRETO ARMADO $F_{CK}=20$ MPA, PARA AMARRAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, 15X30 CM

Deverá ser executada a cinta de amarração em concreto armado, com F_{CK} 20 MPA, com extensão de acordo com a largura indicadas no projeto, e terão suas dimensões de forma a suportar as a pavimentação em paralelepípedo, para evitar deslizamentos da pavimentação.

As cintas deverão ter seção de 15x30 cm.

3.5 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM).

Define-se pelo transporte do material de paralelo. Deve ser transportado por caminhões basculantes, com proteção superior. Sua D.M.T. a uma distancia intermediaria de 30 km.

3.6 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM).

Define-se pelo transporte do material de paralelo. Deve ser transportado por caminhões basculantes, com proteção superior. Sua D.M.T. a uma distancia intermediaria de 158 km adicionais totalizando 188 km de distancia media de transporte.

4. CALÇADA

4.1 ATERRO DE ÁREAS, COM MATERIAL ADQUIRIDO EM DEPÓSITO, COM ESPALHAMENTO MANUAL, SEM COMPACTAÇÃO.

Será executado com o material argilo-arenoso retirado das proximidades que será aplicado em camadas consecutivas na região determinada. Deverão ser aplicadas no mínimo 03 camadas do material de maneira a assegurar a perfeita acomodação da terra.

4.2 EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO.

Passeio em concreto $e = 0,07\text{m}$, com preparo da caixa. A base em solo deverá estar nivelada e compactada.

Procedimento de execução: Sobre a base de regularização, serão colocadas as juntas de dilatação, que serão em ripa formando quadrados.

Em seguida será lançado camada em concreto não estrutural com $e = 7\text{cm}$, com acabamento desempolado.

Antes do lançamento do concreto, deve-se umedecer a base e as ripas, irrigando-as ligeiramente.

Para as rampas de acessibilidade deverá ser realizado o rebaixamento do passeio e meio-fio. Deverão ser feitas em concreto ranhurado, com inclinação $\leq 8,33\%$.

Deverão ser executadas rampas de acesso nas proximidades das esquinas nos locais onde serão executadas as calçadas, as rampas devem seguir o projeto, e serão executadas com o mesmo material das calçadas.

4.3 RAMPA PADRÃO PARA ACESSO DE DEFICIENTES A PASSEIO PÚBLICO, EM CONCRETO SIMPLES FCK=25MPA, DESEMPOLADA, PINTADA EM NOVACOR, 02 DEMÃOS E PISO TÁTIL DE ALERTA/DIRECIONAL.

Tipo: Rebaixamento de calçada estreita, conforme figura 97 da NBR 9050:2020.

- Material: Concreto com acabamento convencional.
- Piso Tátil: Piso tátil de alerta/direcional embutido no concreto.
- Espessura: 7 cm (0,07 m).
- Posicionamento:

As rampas serão projetadas em locais estratégicos, garantindo acessibilidade e segurança para todos os usuários.

Materiais Utilizados: Todos os materiais deverão atender às normas técnicas vigentes, garantindo a resistência e a durabilidade da calçada, guias e sarjetas.

- Drenagem: A calçada será projetada para promover um adequado escoamento de águas pluviais, evitando acúmulo e possíveis danos à estrutura.
- Acessibilidade: As rampas de acessibilidade serão construídas de acordo com a NBR 9050:2020, assegurando a inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

5. SINALIZAÇÃO

5.1 CONFEÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO TOTALMENTE REFLETIVA

A Sinalização Vertical será efetuada de acordo com os manuais e normas de projetos de implementação da sinalização, dos dispositivos e equipamentos de trânsito aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, através do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, aprovado pela Resolução do CONTRAN N°180, de 26 de agosto de 2005.

A sinalização vertical tem a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários das vias adotar comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança, ordenar os fluxos de tráfego e orientar os usuários da via.

Procedimento de Execução

Os materiais mais adequados para serem utilizados como substratos para a confecção das placas de sinalização são o aço, alumínio, plástico reforçado e madeira imunizada. Os materiais mais utilizados para confecção dos sinais são as tintas e películas. As tintas utilizadas são: esmalte sintético, fosco ou semi-fosco ou pintura eletrostática.

As películas utilizadas são: plásticas (não retrorrefletivas) ou retrorrefletivas dos seguintes tipos: de esferas inclusas, de esferas encapsuladas ou de lentes prismáticas. Os suportes devem ser dimensionados e fixados de modo a suportar as cargas próprias das placas e os esforços sob a ação do vento, garantindo a correta posição do sinal.

5.2 CONFEÇÃO SUPORTE E TRAVESSA PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO

Os suportes devem ser fixados de modo a manter rigidamente as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas.

Para fixação da placa ao suporte devem ser usados elementos fixadores adequados de forma a impedir a soltura ou deslocamento da mesma.

Os materiais mais utilizados para confecção dos suportes são aço e madeira imunizada.

5.3 PLACA 20X35 EM CHAPA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS

As placas de identificação dos logradouros deverão ser produzidas e afixadas unicamente como exposto a seguir.

Procedimento de execução

- Placa: Chapa de aço zincada nas duas faces, de espessura mínima de 0,50 mm., alumínio conforme ASTM 50 52 H 38 com espessura mínima de 1,5 mm.
- Sinais Gráficos: Película vinílica sensível branca Scotch Cal da 3,0 m, impressão por serigrafia esmaltada;
- Cores: as placas de logradouros denominados terão fundo azul e os sinais gráficos brancos;
- Tipografia : Helvética medium.



Adebaldo Rodrigues dos Santos
Eng.º Civil CREA/BA nº 18.459/D



Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Nova Ibiá
Estado da Bahia

Obra	Bancos	B.D.I.	Encargos Sociais
Pavimentação em paralelepípedo, da Avenida Benedito Pereira, Rua Valeriano do nascimento, Rua Gerindo Geraldo dos Santos, Rua Dalvína Maria de Souza, Rua Elza Muniz de Souza, Rua Deraldo Pereira Barbosa, Rua 07, Travessa Maria Farias Bitencourt, Rua 09, Rua 10, Rua Enedino dos Santos e Avenida Francisco Ribeiro da Silva, na sede do Município de Nova Ibiá – Bahia	SINAPI - 06/2025 - Bahia ORSE - 05/2025 - Sergipe CONDER - 08/2025	24,23%	NÃO DESONERADO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 17.699,94	1,10 %
1.1	62	ORSE	Barracão fechado porte pequeno para depósito de cimento e almotarifado (s=38,72 m2) com materiais novos	un	1,00	R\$ 12.640,17	R\$ 15.702,88	R\$ 15.702,88	0,98 %
1.2	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF. 03/2022 PS	m²	3,60	R\$ 446,55	R\$ 554,74	R\$ 1.997,06	0,12 %
2			ADMINISTRAÇÃO DE OBRA					R\$ 50.933,75	3,17 %
2.1	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5,00	R\$ 7.155,34	R\$ 8.889,07	R\$ 44.445,35	2,77 %
2.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 130,58	R\$ 162,21	R\$ 6.488,40	0,40 %
3			PAVIMENTAÇÃO					R\$ 1.208.744,84	75,24 %
3.1	2605	ORSE	Locação de serviços de pavimentação	m²	9.010,97	R\$ 1,44	R\$ 1,78	R\$ 16.039,52	1,00 %
3.2	100577	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF. 11/2019	m²	9.010,97	R\$ 1,55	R\$ 1,92	R\$ 17.301,06	1,08 %
3.3	101167	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PÓ DE PEDRA. AF. 05/2020	m²	9.010,97	R\$ 81,08	R\$ 100,72	R\$ 907.584,89	56,50 %
3.4	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF. 06/2016	M	2.789,79	R\$ 41,11	R\$ 51,07	R\$ 142.474,57	8,87 %
3.5	60-06-01-981	CONDER	CINTA DE CONFINAMENTO EM CONCRETO ARMADO FCK=20MPa, PARA AMARRAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. 15X30 CM	M	112,08	R\$ 118,81	R\$ 147,59	R\$ 16.541,88	1,03 %
3.6	95880	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF. 07/2020	TXKM	24221,49	R\$ 1,20	R\$ 1,49	R\$ 36.090,02	2,32 %
3.7	95430	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF. 07/2020	TXKM	127566,50	R\$ 0,46	R\$ 0,57	R\$ 72.712,90	4,67 %
4			CALÇADA					R\$ 302.099,93	18,81 %
4.1	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF. 08/2023	m³	297,39	R\$ 84,34	R\$ 104,77	R\$ 31.157,55	1,94 %
4.2	104626	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C25, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF. 03/2023	m³	208,17	R\$ 847,02	R\$ 1.052,25	R\$ 219.046,88	13,64 %
4.3	12436	ORSE	Rampa padrão para acesso de deficientes a passeio público, em concreto simples Fck=25MPa, despolada, pintada em novacor, 02 demãos e piso tátil de alerta/direcional.	un	87,00	R\$ 480,16	R\$ 596,50	R\$ 51.895,50	3,23 %
5			SINALIZAÇÃO					R\$ 26.971,03	1,68 %
5.1	10712	ORSE	Confecção de placa de sinalização totalmente refletiva	m²	19,22	R\$ 423,49	R\$ 526,10	R\$ 10.111,64	0,63 %
5.2	10808	ORSE	Confecção suporte e travessa para placa de sinalização	un	68,00	R\$ 166,21	R\$ 206,48	R\$ 14.040,64	0,87 %
5.3	2555	ORSE	Placa 20x35 em chapa esmaltada para identificação de logradouros	un	25,00	R\$ 90,76	R\$ 112,75	R\$ 2.818,75	0,18 %
TOTAL GERAL								R\$ 1.606.449,49	100,00%

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Adebaldo Rodrigues dos Santos
Crea/BA 18.459/D



Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Nova Ibiá
Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

Pavimentação em paralelepípedo, da Avenida Benedito Pereira, Rua Valeriano do nascimento, Rua Gerindo Geraldo dos Santos, Rua Dalvina Maria de Souza, Rua Elza Muniz de Souza, Rua Deraldo Pereira Barbosa, Rua 07, Travessa Maria Farias Bitencourt, Rua 09, Rua 10, Rua Enedino dos Santos e Avenida Francisco Ribeiro da Silva, na sede do Município de Nova Ibiá – Bahia

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	ETAPA	R\$ DA ETAPA	%	Mês 1			Mês 2			Mês 3			Mês 4			Mês 5			Mês 6		
				VALOR R\$	SIMPLES	ACUM	VALOR R\$	SIMPLES	ACUM	VALOR R\$	SIMPLES	ACUM	VALOR R\$	SIMPLES	ACUM	VALOR R\$	SIMPLES	ACUM	VALOR R\$	SIMPLES	ACUM
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 17.699,94	1,10%	R\$ 17.699,94	100,00%	100,00%			100,00%			100,00%			100,00%			100,00%			100,00%
2	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	R\$ 50.933,75	3,17%	R\$ 8.485,56	16,66%	16,66%	R\$ 8.485,56	16,66%	33,32%	R\$ 8.485,56	16,66%	49,98%	R\$ 8.485,56	16,66%	66,64%	R\$ 8.485,56	16,66%	83,30%	R\$ 8.505,94	16,70%	100,00%
3	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 1.208.744,84	75,24%				R\$ 241.748,97	20,00%	20,00%	R\$ 241.748,97	20,00%	40,00%	R\$ 241.748,97	20,00%	60,00%	R\$ 241.748,97	20,00%	80,00%	R\$ 241.748,97	20,00%	100,00%
4	CALÇADA	R\$ 302.099,93	18,81%							R\$ 60.419,99	20,00%	20,00%	R\$ 90.629,98	30,00%	50,00%	R\$ 90.629,98	30,00%	80,00%	R\$ 60.419,99	20,00%	100,00%
5	SINALIZAÇÃO	R\$ 26.971,03	1,68%													R\$ 13.485,52	50,00%	50,00%	R\$ 13.485,52	50,00%	100,00%
TOTAL GERAL		R\$ 1.606.449,49	100,00%	R\$ 26.185,50	1,63%	1,63%	R\$ 250.234,53	15,58%	17,21%	R\$ 310.654,52	19,34%	36,54%	R\$ 340.864,51	21,22%	57,76%	R\$ 354.350,02	22,06%	79,82%	R\$ 324.160,41	20,17%	100,00%

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Adebaldo Rodrigues dos Santos
Eng. Civil - Crea 18459/D



Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Nova Ibiá
Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

MEMÓRIA DE QUANTITATIVO DE PAVIMENTAÇÃO

MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS DE PAVIMENTAÇÃO																					
RUA	ESTACA INICIAL		ESTACA FINAL		PAVIMENTAÇÃO								CALÇADA - e= 7 cm				MEIO-FIO			SINALIZAÇÃO	
					COMP (m)	LARG. MÉDIA (m)	ÁREA LARGOS (m²)	ÁREA (m2)	ÁREA BRUTA DE CALÇADA	LARGURA	COMPRIMENTO	DESCONTO CALÇADAS CRUZAMENTOS (m2)	QUANT DE RAMPAS (UN)	ÁREA CALÇADA LÍQUIDA (m2)	VIÁRIO	DESCONTOS	TRAVAMENTO (m)	VIÁRIA - R= 0,30m	NOME DE RUA		
NOVA IBIÁ																					
AV. BENEDITO PEREIRA (Trecho 1)	0,00	0,00	1,00	13,62	33,62	5,50	0,00	184,91	80,69	1,20	33,62	0,00	2,00	68,45	64,24	0,00	5,50	3,00	1,00		
AV. BENEDITO PEREIRA (Trecho 2)	0,00	0,00	1,00	14,67	34,67	5,50	0,00	190,69	83,21	1,20	34,67	0,00	2,00	70,97	66,34	0,00	0,00	4,00	0,00		
AV. BENEDITO PEREIRA (Trecho 3)	0,00	0,00	1,00	15,92	35,92	5,50	0,00	197,56	86,21	1,20	35,92	0,00	2,00	73,97	68,84	0,00	0,00	1,00	0,00		
RUA VALERIANO DO NASCIMENTO	0,00	0,00	6,00	10,12	130,12	5,50	0,00	715,66	312,29	1,20	130,12	28,49	8,00	234,84	224,13	24,11	0,00	5,00	2,00		
RUA GERINDO G. DOS SANTOS	0,00	0,00	8,00	16,62	176,62	5,50	0,00	971,41	423,89	1,20	176,62	40,98	10,00	321,71	301,77	36,47	5,50	3,00	2,00		
RUA DALVINA M. DE SOUZA	0,00	0,00	8,00	9,81	169,81	5,50	0,00	933,96	407,54	1,20	169,81	32,11	7,00	332,59	301,19	27,93	5,50	5,00	3,00		
RUA ELZA MUNIZ	0,00	0,00	8,00	15,00	175,00	5,50	0,00	962,50	420,00	1,20	175,00	31,51	10,00	327,29	305,40	29,60	5,50	6,00	2,00		
RUA DERALDO P. BARBOSA	0,00	0,00	6,00	10,00	130,00	5,50	0,00	715,00	312,00	1,20	130,00	13,80	6,00	261,48	239,02	11,98	5,50	6,00	2,00		
RUA 7 (Trecho 1)	0,00	0,00	2,00	4,04	44,04	5,50	0,00	242,22	105,70	1,20	44,04	0,00	2,00	93,46	85,08	0,00	0,00	2,00	1,00		
RUA 7 (Trecho 2)	0,00	0,00	1,00	11,64	31,64	5,50	0,00	174,02	75,94	1,20	31,64	0,00	2,00	63,70	60,28	0,00	0,00	3,00	1,00		
TV. MARIA F. BITENCOURT	0,00	0,00	2,00	8,00	48,00	5,50	0,00	264,00	115,20	1,20	48,00	13,80	2,00	89,16	80,51	12,49	5,50	4,00	2,00		
RUA 9	0,00	0,00	2,00	4,62	44,62	7,50	0,00	334,65	107,09	1,20	44,62	0,00	4,00	82,61	83,24	0,00	5,50	4,00	2,00		
RUA 10 (Trecho 1)	0,00	0,00	2,00	16,87	56,87	6,50	0,00	369,66	136,49	1,20	56,87	10,63	2,00	113,62	101,88	8,86	0,00	3,00	1,00		
RUA 10 (Trecho 2)	0,00	0,00	2,00	7,64	47,64	7,00	0,00	333,48	114,34	1,20	47,64	8,40	2,00	93,70	92,28	0,00	0,00	1,00	1,00		
RUA 10 (Trecho 3)	0,00	0,00	2,00	16,96	56,96	7,00	0,00	398,72	136,70	1,20	56,96	0,00	4,00	112,22	107,92	0,00	7,00	2,00	1,00		
AV. FRANCISCO R. DA SILVA - TRECHO 1	0,00	0,00	1,00	18,00	38,00	5,36		203,68	91,20	1,20	38,00	0,00	4,00	66,72	70,00	0,00	5,38	4,00	1,00		
AV. FRANCISCO R. DA SILVA - TRECHO 2	0,00	0,00	6,00	14,30	134,30	5,21		699,70	322,32	1,20	134,30	9,60	8,00	263,76	248,60	8,00	14,28	5,00	1,00		
AV. FRANCISCO R. DA SILVA - LARGO					95,17							0,00	0,00	10,81	9,01	0,00	15,29	0,00	0,00		
RUA ENEDINO DOS SANTOS	0,00	0,00	7,00	13,75	153,75	6,66	0,00	1.023,98	369,00	1,20	153,75	14,93	10,00	292,87	280,06	12,44	31,63	7,00	2,00		
TOTAL					1541,58			9.010,97	3.699,79		1.541,58	204,25		2.973,91				68,00			
													87,00		2.789,79		112,08	19,22	25,00		

CALÇADA 7CM = Área Total x Esp. calçada - (m3)	Aterro esp. 0,10m = Área Total x Esp. aterro (m3)
208,17	297,39

BARRAÇÃO DE OBRA			
COMP.(m)	LARGURA(m)	QUANT.	ÁREA (m2)
9,68	4,00	1,00	38,72

PLACA DA OBRA			
COMP.(m)	ALTURA(m)	QUANT.	ÁREA (m2)
2,40	1,50	1,00	3,60

PLACA VIÁRIA	π	Raio Placa(0,30x0,30 m)	Quant. Placa	TOTAL (m2)
	3,14	0,09	68,00	19,22

DMT - ITATIM A NOVA IBIÁ 188 KM						
	DMT	area (m2)	qunt de pedra /m2	peso por pedra(kg)	P(Ton)	P(Ton) xkm
RANSORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM)	30	9.010,97	40	2,24	807,38	24221,49
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM).						
AF_07/2020	158	9.010,97	40	2,24	807,38	127566,50

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Adebaldo Rodrigues dos Santos
Eng. Civil - Crea 18459/D

Quadro de Composição do BDI

PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS: RUA DURVAL FAUSTINO LEAL, RUA ANTONIO ALMEIDA COSTA - TRECHO 1 e 2, RUA 13 DE JUNHO, RUA JOÃO SIRICO, RUA DELCIO SANTOS NOVAIS, RUA SEVERIANO RODRIGUES, RUA JOÃO EVANGELISTA, RUA VEREADOR VITURINO - TRECHO 1 e 2, RUA JOÃO LIBANI E AV. NOEL LEAL DE SOUZA 1 e 2, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ/BA.

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	60,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,01%
Seguro e Garantia	SG	0,40%
Risco	R	0,56%
Despesas Financeiras	DF	1,11%
Lucro	L	7,27%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 2,7% - Desoneração)	CPRB	2,70%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	21,96%
BDI COM desoneração	BDI DES	25,59%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM DESONERAÇÃO, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

NOVA IBIÁ/BA

Local

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Responsável Técnico
NOME: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
CREABA N° 18.459/D

Responsável tomador
NOME: MÁRCIO TARANTINE SOUZA SAMPAIO
CARGO: PREFEITO MUNICIPAL